



ANEXO III DO PARECER ÚNICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

Tipo de Requerimento de Intervenção Ambiental	Núm. do Processo	Data Formalização	Unidade do SISEMA responsável pelo processo
Intervenção Ambiental SEM AAF	08050000592/15	03/09/2015 16:50:43	AGÊNCIA ESPECIAL DE MON

2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

2.1 Nome: 00321050-7 / CARMEN VIEIRA FERREIRA	2.2 CPF/CNPJ: 986.160.996-20	
2.3 Endereço: FAZENDA FAZENDA ÁGUA BOA - G 03, 0	2.4 Bairro: ZONA RURAL	
2.5 Município: BOCAIUVA	2.6 UF: MG	2.7 CEP: 39.390-000
2.8 Telefone(s): (38) 9971-0342	2.9 E-mail: m.v_consultoria@outlook.com	

3. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

3.1 Nome: 00321050-7 / CARMEN VIEIRA FERREIRA	3.2 CPF/CNPJ: 986.160.996-20	
3.3 Endereço: FAZENDA FAZENDA ÁGUA BOA - G 03, 0	3.4 Bairro: ZONA RURAL	
3.5 Município: BOCAIUVA	3.6 UF: MG	3.7 CEP: 39.390-000
3.8 Telefone(s): (38) 9971-0342	3.9 E-mail: m.v_consultoria@outlook.com	

4. IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL

4.1 Denominação: Associacao Fazenda Agua Boa	4.2 Área Total (ha): 11,7300		
4.3 Município/Distrito: BOCAIUVA	4.4 INCRA (CCIR):		
4.5 Matrícula no Cartório Registro de Imóveis: 12395	Livro: AV	Folha: 5	Comarca: BOCAIUVA
4.6 Coordenada Plana (UTM)	X(6): 648.994	Datum: SIRGAS 2000	
	Y(7): 8.096.936	Fuso: 23K	

5. CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DO IMÓVEL

5.1 Bacia hidrográfica: rio São Francisco	
5.2 Conforme o ZEE-MG, o imóvel está () não está (X) inserido em área prioritária para conservação. (especificado no campo 11)	
5.3 Conforme Listas Oficiais, no imóvel foi observada a ocorrência de espécies da fauna: raras (), endêmicas (), ameaçadas de extinção (); da flora: raras (), endêmicas (), ameaçadas de extinção () (especificado no campo 11).	
5.4 O imóvel se localiza () não se localiza (X) em zona de amortecimento ou área de entorno de Unidade de Conservação. (especificado no campo 11).	
5.5 Conforme o Mapeamento e Inventário da Flora Nativa do Estado, 51,53% do município onde está inserido o imóvel apresenta-se recoberto por vegetação nativa.	
5.6 Conforme o ZEE-MG, qual o grau de vulnerabilidade natural para o empreendimento proposto? (especificado no campo 11)	
5.7 Bioma/ Transição entre biomas onde está inserido o imóvel	Área (ha)
Cerrado	11,7300
Total	11,7300
5.8 Uso do solo do imóvel	Área (ha)

5.9 Regularização da Reserva Legal – RL				
5.10 Área de Preservação Permanente (APP)				Área (ha)
5.10.1 APP com cobertura vegetal nativa				0,0000
5.10.3 Tipo de uso antrópico consolidado		Agrosilvipastoril		
		Outro:		
6. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA E PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
Tipo de Intervenção REQUERIDA			Quantidade	Unidade
Supressão da cobertura vegetal nativa COM destoca			5,0500	ha
Tipo de Intervenção PASSÍVEL DE APROVAÇÃO			Quantidade	Unidade
Supressão da cobertura vegetal nativa COM destoca			0,0000	ha
7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
7.1 Bioma/Transição entre biomas				Área (ha)
7.2 Fisionomia/Transição entre fisionomias				Área (ha)
8. COORDENADA PLANA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
8.1 Tipo de Intervenção	Datum	Fuso	Coordenada Plana (UTM)	
			X(6)	Y(7)
Supressão da cobertura vegetal nativa COM destoca	SIRGAS 2000	23K	649.048	8.096.326
9. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA				
9.1 Uso proposto	Especificação			Área (ha)
Assentamento	Infraestrutura, agricultura e pastagem			5,0500
	Total			5,0500
10. DO PRODUTO OU SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
10.1 Produto/Subproduto	Especificação	Qtde	Unidade	
10.2 Especificações da Carvoaria, quando for o caso (dados fornecidos pelo responsável pela intervenção)				
10.2.1 Número de fornos da Carvoaria:	10.2.2 Diâmetro(m):	10.2.3 Altura(m):		
10.2.4 Ciclo de produção do forno (tempo gasto para encher + carbonizar + esfriar + esvaziar):			(dias)	
10.2.5 Capacidade de produção por forno no ciclo de produção (mdc):				
10.2.6 Capacidade de produção mensal da Carvoaria (mdc):				

11. ESPECIFICAÇÕES E ANÁLISE DOS PLANOS, ESTUDOS E INVENTÁRIO FLORESTAL APRESENTADOS

5.6 Especificação grau de vulnerabilidade:Alta.

12. PARECER TÉCNICO, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS

Parecer Técnico

Proc. 08050000592/15

1. Histórico:

* Data da formalização: 14/08/2015

* Data do pedido de informações complementares 00/00/0000

* Data de entrega das informações complementares 00/00/0000

* Data da emissão do parecer técnico: 09/10/2015

2. Objetivo:

É objeto desse parecer analisar a regularização para a intervenção ambiental, visando a supressão da cobertura nativa com destoca em uma área de 5,05ha de Cerrado para a implantação de infraestrutura, agricultura e pastagem na Associação Fazenda Água Boa, Lote- 03, município de Bocaiúva/MG(relacionados ao Fundo de Terras e da Reforma Agrária).

3. Caracterização do empreendimento:

A propriedade em questão, foi adquirida por interveniente, a UNIÃO, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Agente Financeiro, através Banco do Brasil, em representação nos atos relacionados ao Fundo de Terras e da Reforma Agrária, para viabilizar o assentamento de várias famílias que necessitam de terras para trabalhar.

A área da associação é composta de 807,2407ha, denominada associação Fazenda Água Boa, município de Grão Mogol/MG, região onde predomina a vegetação de formação campestre de Cerrado, área de transição Cerrado/Floresta Estacional Decidual de Mata Seca e vários estágios regeneração e pastagem.

A propriedade apresenta topografia plana a suave ondulada.

O solo predominante é o Latossolo Vermelho Amarelo com textura areno-argilosa.

A Reserva Legal é coletiva composta de 213,7074ha, em duas áreas distintas de 62,5145ha (RL G01) e 151,1929ha (RL G02) de Cerrado e Mata Seca, devidamente averbada no Cartório de Registro de Imóveis de Bocaiuva/MG.

Espécies vegetais: Sucupira, pequi, cagaita, pau terra, jatobá, araticu, tingui, etc.

Espécies animais: Tatu, préa, siriema, veado, raposa, cobras pequenas aves e roedores, etc.

A área de Preservação Permanente é representada por uma córrego e várias gotas/barrocas localizadas no interior da propriedade.

O lote-03 supracitado, apresenta topografia plana, com 100% de cobertura de pastagem.

Não apresenta área de APP.

4. Da Autorização para Intervenção Ambiental:

Conforme o Zoneamento Ecológico do Estado de Minas, a área requerida para intervenção ambiental, apresenta as seguintes características:

-Vulnerabilidade natural: Alta.

-Vulnerabilidade a erosão e solo: Alta.

-Integridade da Fauna:Alta;

-Integridade da Flora:Alta.

Observação: O município de Bocaiúva apresenta 51,53 % de cobertura vegetação nativa.

O lote-03, pertencente ao Sr. Carmem Vieira Ferreira, apresenta 100% cobertura de pastagem de braquiária.

A área requerida de 5,05ha solicitado pelo requerente apresenta apenas cobertura de pastagem de braquiária, portanto, a intervenção requerida está dispensada de obter o Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental - DAIA por se tratar de uma limpeza de área. A área em questão não apresenta material lenhoso a ser suprimido.

Obs. Fica APROVADO o cadastro ambiental Rural-CAR apresentado pelo empreendedor, conforme Registro no CAR:

MG-3107307-FDCBC3F7E04F47B79B630A1308BO76BD de 13/032015 e

MG-31007307-9D5ED4EC8D740BF89D4011C6D764ACB de 14/03/2015, cópia anexo ao processo ao Proc.08050000557/15.

5. Conclusão:

Por fim, a equipe técnica sugere pelo INDEFERIMENTO da supressão da cobertura nativa requerida pelo requerente e ARQUIVAMENTO do processo, visto que Lote-03 da Associação Fazenda Água Boa, pertencente ao Sr. Carmem Vieira Ferreira, não apresenta rendimento de material lenhoso e 100% cobertura do mesmo é pastagem, portanto dispensada de obter o Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental - DAIA.

*Legislação: Lei Estadual 20.922 de 16/10/2013 e Decreto 46.336/13.

13. RESPONSÁVEL (IS) PELO PARECER TÉCNICO (NOME, MATRÍCULA, ASSINATURA E CARIMBO)

HELIO ALVES DO NASCIMENTO EM AE - MASP: _____

14. DATA DA VISTORIA

quinta-feira, 24 de setembro de 2015

15. PARECER JURÍDICO, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS

Trata-se o presente de uma solicitação de supressão de cobertura vegetal nativa com destoca, onde o empreendedor Carmen Vieira Ferreira, requer a supressão de uma área de 5,05ha no imóvel denominado "Associação Fazenda Água Boa", visando o

exercício da atividade de pecuária, agricultura e infraestrutura.

Foi apresentado instrumento particular de contrato de compra e venda de imóvel com força de escritura pública em que consta que o empreendedor adquiriu o imóvel com área total de 11,73 ha, desmembrado do imóvel denominado Fazenda Água Boa, localizado no município de Bocaiuva.

A área de reserva legal do imóvel é coletiva para toda a Associação Fazenda Água Boa.

O empreendedor apresentou Cadastro Ambiental Rural - CAR da propriedade, nos termos do art. 63 da Lei 20.922/13.

O técnico Helio Alves do Nascimento sugeriu, em seu parecer, o deferimento da intervenção ambiental no total requerido, ou seja, 5,05 ha.

Denota-se ainda do parecer técnico, em razão da supressão de vegetação, que ocorrerá rendimento lenhoso, ao qual deverá ser dada destinação correta, de acordo com a Lei 20.922/2013, vejamos:

Art. 72. Será dado aproveitamento socioeconômico e ambiental a produto florestal cortado, colhido ou extraído, e a seus resíduos. O processo encontra-se instruído corretamente de acordo com a documentação exigível pela legislação e não há óbices, segundo o parecer técnico, para a concessão da autorização para supressão da vegetação. Se autorizada, deverá obedecer ao estabelecido pelo parecer técnico e em especial a preservação de todas as árvores IMUNES DE CORTE e demais árvores estabelecidas no parecer técnico.

De resto, o objeto do pedido e a documentação acostada aos autos encontram-se em conformidade com a Lei Estadual nº 20.922/13, Resolução Conjunta SEMAD/IEF Nº 1905 de 2013 e legislação aplicável à espécie, não encontrando, a priori, impedimento jurídico que inviabilize a sua concessão.

Por fim, fica determinado o pagamento dos emolumentos/taxas referentes ao presente processo, bem como da taxa florestal, requisitos para expedição do DAIA.

3. Conclusão:

ISTO POSTO, sugere-se a concessão da intervenção para a supressão vegetal nativa com destoca nos LIMITES PROPOSTOS PELO PARECER TÉCNICO, lembrando ao empreendedor que o descumprimento das medidas mitigadoras e compensatórias é um ato passível de autuação.

Sugerimos, como condicionante da concessão do DAIA, a comunicação à fração da Polícia Militar de Meio Ambiente mais próxima da intervenção do início e do fim das atividades de supressão e intervenção ambiental, sendo o prazo durante a vigência do referido documento autorizativo.

Ressalta-se por fim que a emissão do DAIA em apreço não dispensa nem substitui a obtenção pelo requerente de outras licenças legalmente exigíveis nos termos do Decreto nº 44.844/08.

Por oportuno, devem ser entranhadas aos autos, até reunião da COPA, as respectivas certidões negativas (SIAM e CAP).

É o parecer, s.m.j.

16. RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO (NOME, MATRÍCULA, ASSINATURA E CARIMBO)

SANDOVAL REZENDE SANTOS - 89911

17. DATA DO PARECER

quinta-feira, 29 de outubro de 2015